



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**04/08/2012**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
1.2. EXECUÇÃO PENAL.....	3 - 4
1.3. SEM ASSUNTO.....	5
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	6
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. SEM ASSUNTO.....	7
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. DECISÕES.....	8
4.2. EXECUÇÃO PENAL.....	9
4.3. SEM ASSUNTO.....	10
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. EXECUÇÃO PENAL.....	11
5.2. OBRAS/REFORMA.....	12 - 13
5.3. SEM ASSUNTO.....	14 - 15
5.4. SERVIDORES.....	16

## ***Justiça determina afastamento do prefeito de Apicum-Açu***

Em decisão proferida na manhã de ontem (3), o titular da comarca de Bacuri, juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, declarou a "inabilitação do prefeito de Apicum-Açu (termo judiciário), Sebastião Lopes Monteiro, para a permanência no exercício do cargo, por decorrência da suspensão dos direitos políticos". **PÁGINA 3**

 CORRUPÇÃO

# Justiça determina afastamento do prefeito de Apicum-Açu

Em decisão proferida na manhã de ontem (3), o titular da comarca de Bacuri, juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, declarou a "inabilitação do prefeito de Apicum-Açu (termo judiciário), Sebastião Lopes Monteiro, para a permanência no exercício do cargo, por decorrência da suspensão dos direitos políticos".

Na decisão, o magistrado determinou ainda que "seja investido no exercício do cargo o vice-prefeito do município, Carlos Alberto Santos, para o término do mandato de chefe do Poder Executivo Municipal".

Ainda segundo o documento, "a presidente da Câmara de Vereadores de Apicum-Açu deve ser cientificada da decisão para viabilizar a investidura do vice-prefeito no cargo de prefeito, convo-

cando a respectiva sessão solene extraordinária e lavratura da respectiva ata e termo de posse". O prazo para o envio da documentação ao Juízo é de cinco dias.

O prefeito afastado deve ser intimado da decisão. O gerente da agência do Banco do Brasil de Bacuri e a 107ª Zona Eleitoral também devem ser cientificados da determinação. Consta do documento: "A presente decisão já serve de mandado".

**IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA** - A determinação decorreu do trânsito em julgado da sentença que condenou o prefeito à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de três anos, nos autos de Ação de Improbidade Administrativa.

Na decisão, o magistrado indeferiu a questão de ordem suscitada pelo reque-

rido Sebastião Lopes Monteiro, que sustentou irregularidade no ato de intimação da sentença e pretendia a republicação e reabertura do prazo para interpor o recurso de Apelação.

A alegação do prefeito é de irregularidade processual por ausência de intimação do requerido acerca da renúncia do anterior advogado constituído, bem como nulidade da publicação da sentença via DJE (a sentença foi publicada em 20/03/2012), posto que não constou o nome de qualquer procurador do requerido, violando os princípios do contraditório e ampla defesa.

Na interpretação do magistrado, o requerido não foi diligente a providenciar a regularização da representação processual dos advogados que obtiveram carga

dos autos, e agora, nesta etapa processual, após o trânsito em julgado da sentença, tenta apresentar o argumento da sua própria inércia em seu benefício.

**CONTINUA O JUÍZ:** "nesses termos, não houve qualquer irregularidade na continuidade da tramitação do feito, bem como na intimação realizada via Diário Eletrônico em nome do requerido, vez que o processo e os prazos processuais prosseguem sem a necessidade de intimações em situações dessa natureza, diante da ciência inequívoca do requerido acerca da renúncia do advogado anterior e a ausência de regular constituição de novos patronos, negando seguimento ao Recurso de Apelação que foi interposto após o trânsito em julgado da Sentença".

# Agricultores vão produzir alimentos para o sistema carcerário

PÁGINA 4

## Agricultores vão produzir alimentos para o sistema carcerário

Representantes do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), das secretarias de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (Sedes) e de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) discutiram os termos do acordo de cooperação técnica que vai permitir a agricultores maranhenses produzir alimentos in natura para o fornecimento de refeições ao sistema carcerário de São Luís, que conta hoje com cerca de 4 mil presidiários.

Essa e outras propostas de inclusão social de presos e seus familiares foram levantadas quinta-feira (2) pelo desembargador Froz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do TJMA, e pelos secretários Fernando Fialho (Sedes); Expedito Moraes (adjunto Sedes); Leopoldina Barros (secretária em exercício da Sejap) e João Bispo Serejo (adjunto de Penitenciária), com a participação dos juizes Douglas Martins e Fernando Mendonça (2ª Vara de Execuções Penais) da capital.

Na oportunidade, ficou decidido que a empresa que fornece alimentação aos presídios de São Luís deverá adquirir os alimentos do próprio sistema de produção do Estado. A medida deverá ser posta em prática ainda este mês. Num segundo momento, a penitenciária de Pedrinhas e a Funac, seriam transformadas em unidades agrícolas, oferecendo oportunidade de trabalho aos presos. O projeto piloto será

realizado inicialmente em São Luís, na penitenciária de Pedrinhas e na Funac.

**INCLUSÃO** - De acordo com o desembargador Froz Sobrinho, a ideia é fazer a inclusão dos presos e seus familiares no plano de ações de combate à pobreza extrema que o governo do Estado está proporcionando às pessoas carentes das zonas rural e urbana.

"Essa inclusão vai possibilitar que o preso possa se alimentar com o alimento que é produzido aqui, pelo programa de agricultura familiar do Estado. Vamos fazer com que esse programa vá para dentro da penitenciária e capacite o preso para que ele possa produzir sua própria alimentação", disse o magistrado.

Na reunião, o secretário Fernando Fialho apresentou o Programa "Viva Oportunidade", que trabalha com a garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a crédito, com ações de capacitação, acesso ao microcrédito, assistência técnica, e outras iniciativas que integram a política do governo do Estado de combate à pobreza.

Para o secretário Fialho, o compromisso é fazer com que a agricultura familiar passe a fornecer alimentos para os presídios, criando mercado e gerando renda, oportunidade e dignidade aos assistidos pelo programa.

"Estamos discutindo essa e outras propostas de parcerias, para que possamos reforçar a criação de oportunidades de cidadania aos presos do sistema prisional maranhense", declarou o secretário.

VIOLÊNCIA

# Aplicação da Lei Maria da Penha na Capital será avaliada pela Rede Amiga da Mulher

A Rede Amiga da Mulher para o enfrentamento à violência vai realizar na próxima segunda-feira (06) seminário para apresentar avanços, destacar as possibilidades e limites da aplicação da Lei Maria da Penha, sancionada em 07 de agosto de 2006 pela Presidência da República.

Estarão presentes representantes dos 28 organismos que compõem a Rede, entre eles, o juiz titular da I Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Nelson Melo Moraes Rego, a delegada da mulher, Kazumi Tanaka, e a coordenadora municipal da mulher, Sandra Torres.

O evento será aberto através da mesa redonda "Violência de Gênero e Aplicabilidade da Lei Maria da Penha: avanços e desafios", com o juiz Nelson Melo Moraes Rego e a professora doutora Lourdes Maria Leitão Nunes Rocha, coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero Étnicos, Raciais, Mulheres e Feminismo - Gênerus - da Universidade Federal do Maranhão (Ufma).

## Entenda o que é Rede Amiga da Mulher

A Rede Amiga da Mulher foi criada oficialmente em São Luís no dia 19 de março de 2003, reunindo 14 entidades, sendo nove organizações governamentais e cinco não go-



O evento contará com a presença da coord. municipal da mulher, Sandra Torres

vernamentais. Atualmente, está composta por 28 entidades, sendo que 18 delas têm relações com o poder executivo.

Em 2011, através de articulação da Coordenadoria Municipal da Mulher, os organismos que compõem a Rede participaram de capacitação sobre "Trabalho em Rede e Intersetorialidade". Na época, o objetivo do evento foi formar uma agenda comum entre os integrantes da Rede de forma que a mulher ludovicenses em situação de violência seja melhor atendida.

Desde que foi implantado, em 2008, o Centro de Refe-

rência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, que compõe a Rede, registrou mais de 1700 casos de orientação jurídica, psicológica e de assistência social. De acordo com o Relatório Estatístico de Atendimento, divulgado em junho deste ano, a maioria das mulheres agredidas tem entre 18 e 29 anos de idade e moram na área do Anjo da Guarda.

Das formas de violência previstas pela Lei Maria da Penha, a violência psicológica ainda lidera as ocorrências (1678 casos). A lista segue com violência moral (1519

casos), violência física (1394 casos), violência patrimonial (1110 casos) e violência sexual (392 casos). Foram agressões que ocorreram principalmente dentro de casa e por mais de dois anos, diariamente. 68,28% das usuárias do Centro declararam ter registrado ocorrência policial, mas apenas 5,17% disseram ter seguido a denúncia com inquérito policial. Dos casos que chegaram ao conhecimento do executivo municipal, apenas 184 mulheres alcançaram o poder judiciário. 964 mulheres apresentaram alto nível de ansiedade e em outros casos tiveram também: baixa autoestima, distúrbios de sono, e tentativas ou ideias suicidas.

O Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência funciona como porta de entrada especializada para mulheres que precisam de diagnósticos preliminares da situação de violência, oferece atendimento psicossocial e jurídico e faz encaminhamentos à rede de serviços públicos em funcionamento na capital.

## >> SERVIÇO

**Seminário:** Seis anos da Lei Maria da Penha: avanços, possibilidades e limites

**Dia:** 06 de agosto

**Hora:** 08h30

**Local:** Escola de Governo e Gestão Municipal (Renascer, antigo prédio da Faculdade São Luís)



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2012  
Processo nº. 22.386/2012**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO, FORMA ELETRÔNICA, Tipo MENOR PREÇO, por ITEM, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP)**, para aquisição de cones de sinalização viária, no dia **17/08/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

São Luís, 02 de agosto de 2012.  
**André de Sousa Moreno**  
Pregoeiro TJ/MA



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2012  
Processo n.º. 39.672/2012**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08, Resolução n.º 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE**, para aquisição de equipamentos para instalação do sistema de áudio e vídeo para a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão - ESMAM, no dia **17/08/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

São Luís, 03 de agosto de 2012.  
**Kátia Araujo Gonçalves**  
Pregoeira TJ/MA

## FÓRUM DE SÃO LUÍS

# Contadoria Judicial analisa mais de 3,6 mil processos

A equipe da Contadoria Judicial do Fórum Desembargador Sarney Costa fechou o primeiro semestre de 2012 com um saldo bastante positivo: 3.641 processos analisados. Os processos são referentes a cálculos de custas e de liquidação de sentenças, dos anos de 2011 e 2012.

Para sanar o setor, que em janeiro deste ano possuía 2.070 processos de 2011, os servidores idealizaram um esforço conjunto, que contou com o apoio incondicional do juiz diretor do fórum, Sebastião Joaquim Lima Bonfim.

Além de lotar mais servidores na Contadoria, o diretor ainda solicitou o apoio temporário do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (FERJ) que, prontamente, encaminhou funcionários para auxiliarem na missão proposta.

"Ao abraçar a nossa ideia, o juiz diretor facilitou bastante

o nosso trabalho. Sem a ajuda dele, não teríamos conseguido êxito neste intervalo de tempo", destacou Rosângela Macedo Damascena, técnica judiciária e secretária substituta da Contadoria Judicial.

O técnico judiciário Wilson Ferreira Filho, que trabalha na Contadoria desde o início do ano, afirma estar bastante satisfeito por ter participado desta importante fase no setor. "Estou muito feliz por poder atuar na minha área - Ciências Contábeis - e, acima de tudo, por ter chegado ao setor numa fase crucial. Vim para somar e para aprender com toda a equipe", destaca o servidor.

Atualmente, tramitam apenas 850 processos na Contadoria, cuja equipe é composta por 11 servidores. De acordo com dados do Sistema Themis PG 3.0,

chegam mensalmente ao setor, aproximadamente, 300 processos.

**Crêterios de análise** - O acervo analisado pela Contadoria Judicial, em consonância com os respectivos despachos e/ou decisões dos magistrados, obedece à ordem cronológica dos processos (data de entrada no setor), salvo os que gozam das garantias e benefícios previstos na Lei 12.008/2009 (prioridade na tramitação de processos judiciais e procedimentos administrativos: maiores de 60 anos e portadores de doenças graves).

---

**4** O deputado Othelino Neto (PPS) disse ontem que não se ausentou da Assembleia Legislativa nas sessões pós-recesso. Anteontem, por exemplo, ele fez um pronunciamento a respeito do novo embargo das obras da Via Expressa pelo Tribunal de Justiça – trecho do Vinhais Velho.

---

- ✓ Agricultores familiares vão produzir alimentos in natura para fornecimento de refeições ao sistema carcerário de São Luís, que conta hoje com cerca de quatro mil presidiários.
  
- ✓ Entendimento neste sentido foi iniciado ontem pelo Tribunal de Justiça e as secretarias de Desenvolvimento Social e de Justiça e Administração Penitenciária.

**Lei Maria da Penha**  
**6 anos de lutas e conquistas**



**A felicidade é o seu direito!**

**Coordenadoria Estadual da Mulher em  
Situação de Violência Doméstica e Familiar**

Realização:   
Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça

Apoio:   
estúdio  
ribamar pinheiro  
www.ribamarpinheiro.com

## ***Agricultores vão produzir alimentos para o sistema carcerário maranhense***

Representantes do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), das secretarias de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (Sedes) e de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) discutiram os termos do acordo de cooperação técnica que vai permitir a agricultores maranhenses produzir alimentos *in natura* para o fornecimento de refeições ao sistema carcerário de São Luís, que conta hoje com cerca de quatro mil presidiários.

Essa e outras propostas de inclusão social de presos e seus familiares foram levantadas quinta-feira (2) pelo desembargador Froz Sobrinho, coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do TJMA, e pelos secretários Fernando Fialho (Sedes); Expedito Moraes (adjunto Sedes); Leopoldina Barros (secretária em exercício da Sejap) e João Bispo Serejo (adjunto de Penitenciária), com a participação dos juízes Douglas Martins e Fernando Mendonça (2ª Vara de Execuções Penais) da capital.

Na oportunidade, ficou decidido que a empresa que fornece alimentação aos presídios de São Luís deverá adquirir os alimentos do próprio sistema de produção do estado. A medida deverá ser posta em prática ainda este mês. Num segundo momento, a penitenciária de Pedrinhas e a Funac, seriam transformadas em unidades agrícolas, oferecendo oportunidade de trabalho aos presos. O projeto piloto será realizado inicialmente em São Luís,

na penitenciária de Pedrinhas e na Funac.

**Inclusão** – De acordo com o desembargador Froz Sobrinho, a ideia é fazer a inclusão dos presos e seus familiares no plano de ações de combate à pobreza extrema que o governo do Estado está proporcionando às pessoas carentes das zonas rural e urbana.

“Essa inclusão vai possibilitar que o preso possa se alimentar com o alimento que é produzido aqui, pelo programa de agricultura familiar do Estado. Vamos fazer com que esse programa vá para dentro da penitenciária e capacite o preso para que ele possa produzir sua própria alimentação”, disse o magistrado.

Na reunião, o secretário Fernando Fialho apresentou o Programa “Viva Oportunidade”, que trabalha com a garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a crédito, com ações de capacitação, acesso ao microcrédito, assistência técnica, e outras iniciativas que integram a política do governo do Estado de combate à pobreza.

Para o secretário Fialho, o compromisso é fazer com que a agricultura familiar passe a fornecer alimentos para os presídios, criando mercado e gerando renda, oportunidade e dignidade aos assistidos pelo programa.

“Estamos discutindo essa e outras propostas de parcerias, para que possamos reforçar a criação de oportunidades de cidadania aos presos do sistema prisional maranhense”, declarou o secretário.

*Guerreiro Júnior  
anuncia obras  
em 27 comarcas  
do Maranhão*

PÁGINA 8

# Guerreiro Júnior anuncia obras em 27 comarcas do Maranhão

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) executa obras de construção e manutenção em 27 fóruns de comarcas do interior do estado, com o objetivo de dotar, ampliar e adaptar os imóveis do Judiciário às necessidades dos serviços forenses e de seus usuários. Há novos fóruns confirmados para 14 comarcas.

Nos polos judiciais de Imperatriz, Chapadinha, Santa Inês e Balsas, por exemplo, ocorrem intervenções em projetos e também serviços diversos. "A proposta é melhorar a estrutura dos imóveis e otimizar o uso das instalações prediais pelos magistrados, servidores e usuários dos serviços da Justiça, conforme a demanda processual", explicou o presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.

As comarcas de Pio XII, Buriticupu, Carutapera, Colinas, Riachão, São Francisco do Maranhão, Lago da Pedra, Matões, Morros, Rosário, Santa Luzia do Paruá, Santa Rita e Viana terão novos fóruns até o final do ano. A maioria dos serviços, nesse caso, teve início em 2011.

Buriticupu, Riachão, Colinas,



DIVULGAÇÃO

**Guerreiro Jr anuncia obras em 27 comarcas e construção de 14 fóruns**

São Francisco do Maranhão e Matões estão com mais da metade da construção concluída. Em Carutapera, Rosário e Poção de Pedras, os serviços estarão em fase de acabamento.

São feitas reformas em Poção de Pedras Paço do Lumiar, e de ampliação em São José de Ribamar e Matinha. Em São Bernardo, Santa Helena e Magalhães de Al-

meida as intervenções começam em breve. Salões de sessão do Tribunal do Júri são construídos em Santa Inês (380,31m<sup>2</sup>) e Paço do Lumiar (287m<sup>2</sup>).

Projetos de licitação estão em curso para novos fóruns em Imperatriz, Açailândia, Cidelândia e São Pedro da Água Branca. Em Imperatriz, os serviços de terraplenagem, que correspondem à

primeira etapa da obra, estão em andamento.

O fórum de Porto Franco deverá receber reforma este ano, com adequação do prédio para melhor atender o público. A obra foi confirmada pelo presidente Guerreiro Júnior em 25 de julho, durante visita de desembargadores do TJMA ao anexo do Fórum do Calhau, em São Luís.

Segundo o diretor de engenharia do TJMA, Rui Barbosa Lima Sobrinho, os fóruns de Pio XII, Rosário e Carutapera têm entrega prevista para agosto. O fórum de Buriticupu, em outubro.

Em Viana e Morros, os projetos técnicos de engenharia estão sendo revistos, a fim de adequar os serviços de drenagem, esgotamento sanitário, estrutura e muro de arrimo, para garantir a continuidade dos serviços de construção iniciados.

Guerreiro Júnior informa que o Tribunal planeja novos fóruns em Joselândia e Miranda do Norte, onde imóveis residenciais serão adaptados para receber essas comarcas já criadas, mas ainda não instaladas.

**❖❖ O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) aprovou uma resolução que estabelece a “ficha limpa” para os servidores que ocupem cargos em comissão ou funções de confiança no Poder Judiciário.**

❖❖ A decisão usa como parâmetro as vedações previstas na Lei da Ficha Limpa, aprovada em 2010 pelo Congresso e considerada totalmente válida pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no primeiro semestre deste ano.

**❖❖ Os tribunais não poderão mais contratar servidores que já tenham sido condenados, em decisão colegiada, por improbidade administrativa ou crimes como corrupção e lavagem de dinheiro.**

❖❖ A decisão vincula todo o Judiciário, menos o Supremo, que está acima do CNJ. A resolução não vale para os funcionários de carreira, que são concursados.

# Consultor do Innovare conhece projeto "Una-se à Vida", da comarca de Morros

Ontem (3), a juíza Ticiany Gedeon Maciel Palácio, titular da comarca de Morros, recebeu a visita do consultor da edição de 2012 do Prêmio Innovare, Marcelo Lobato. Ele esteve na comarca vendo pessoalmente o andamento do projeto "Una-se à vida", que tem como objetivo conscientizar a população da comarca em relação à preservação do meio ambiente, principalmente, do rio Una, que banha a região.

O consultor Marcelo Lobato, durante a sua visita, conheceu a cooperativa criada para trabalhar com reciclagem de lixo, um dos núcleos do projeto, e conversou com os integrantes do "Una-se à vida". A juíza Ticiany Gedeon Palácio e o promotor de justiça da comarca, Fernando Aragão, apresentaram toda a equipe e a dinâmica do projeto.

Segundo a magistrada responsável pela elaboração do projeto, a principal motivação para o início dos trabalhos foi a evidente degradação do meio ambiente na comarca, por meio da construção de bares e casas à beira do rio Una, retirada das matas ciliares, poluição sonora e descarte de lixo inadequadamente, poluindo o rio. A partir da constatação, foram identificados os núcleos familiares, realizadas reuniões e audiências públicas com o intuito de dar início à conscientização da importância de preservação desses recursos naturais para toda a população da comarca.

"Na prática, desde o início visamos substituir ações de degradação, efetivadas pela falta



Consultor do Prêmio Innovare conhece projeto da comarca de Morros

de conhecimento e respeito pelo meio ambiente, por atividades sustentáveis", comentou a juíza Ticiany Palácio. Uma das ações é a reciclagem do lixo, que gera empregos e conhecimento para os participantes da cooperativa.

**Capacitação** – Além da reciclagem, o projeto "Una-se à vida", que teve início em janeiro deste ano, capacitou policiais militares e civis de forma que eles possam atuar na fiscalização dos crimes contra o meio ambiente com eficácia. Os professores da rede de ensino da comarca também foram capacitados por técnicos

da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. O objetivo é inserir na grade curricular das escolas, a educação ambiental.

Todas estas atividades estão previstas no projeto através de núcleos: poluição sonora, educação ambiental e cooperativa de reciclagem de lixo. A coordenação dos núcleos é feita pelo núcleo gestor, tendo o auxílio, ainda, de uma assessoria jurídica, que dá total apoio nas propostas de lei que estão sendo enviadas à Câmara de Vereadores de Morros, a fim de construir, no município, uma legislação ambiental, que

atualmente é inexistente.

"Problemas como crimes ambientais, uso e ocupação irregular do solo, poluição, desmatamento, entre outros, eram trazidos ao Judiciário sem que este pudesse atingir uma efetividade em curto prazo, barrados principalmente pela falta de conhecimento da população. Com o projeto, cria-se uma consciência coletiva de respeito ao meio ambiente, evitando o ajuizamento de inúmeras ações e possibilitando a resolução de conflitos sociais através da conciliação", completou a juíza Ticiany Gedeon.

## *Contadoria Judicial do Fórum de SL analisa mais de 3,6 mil processos*

Esse resultado é fruto de um esforço conjunto, idealizado pela equipe da Contadoria, com o objetivo de sanar o setor que, em janeiro deste ano, possuía 2.070 processos, recebidos em 2011. Os servidores se empenharam na missão proposta e conseguiram concluir todos os cálculos relacionados a processos recebidos no ano passado.

O esforço conjunto contou com o apoio incondicional do juiz diretor do Fórum, Sebastião Joaquim Lima Bonfim. Além de lotar mais servidores na Contadoria, o diretor ainda solicitou o apoio temporário do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ) que, prontamente, encaminhou funcionários para auxiliarem na missão proposta.

“Os servidores da Contadoria não mediram esforços para zerar o acervo existente no setor, recebido em 2011. Entretanto, isso só foi possível mediante o apoio dispensado pela diretora do FERJ, Celerita Dinorah Soares, que disponibilizou uma equipe para dar celeridade ao nosso trabalho”, declarou o diretor do fórum, Sebastião Bonfim.

Rosângela Macedo Damascena, secretária substituta da Contadoria, afirma que o apoio do juiz Sebastião Bonfim foi fundamental. “Ao abraçar a nossa idéia, o diretor facilitou bastante os nossos trabalhos. Sem a ajuda dele, não teríamos conseguido êxito, neste intervalo de tempo. Agora, estamos com a sensação de dever cumprido”,

destacou a servidora.

O técnico judiciário Wilson Ferreira Filho, que trabalha na Contadoria desde o início do ano, afirma estar bastante satisfeito por ter participado desta importante fase no setor. “Estou muito feliz por ter chegado aqui numa fase crucial. Vim para somar e para aprender com toda a equipe. Está dando tudo certo”, afirmou o servidor.

Após o sucesso do esforço conjunto, a secretária substituta diz que a equipe está ainda mais motivada. “Pretendemos continuar com esse ritmo de trabalho e chegar ao fim do ano, com todos os cálculos processuais finalizados”, ressaltou Rosângela Damascena.

Atualmente, tramitam 750 processos na Contadoria, cuja equipe é composta por 11 servidores. De acordo com dados do Sistema Themis PG 3.0, chegam mensalmente ao setor, aproximadamente, 300 processos.

**Crerios de análise** – De acordo com portaria baixada pelo diretor do fórum, este ano, o acervo analisado pela Contadoria Judicial, em consonância com os respectivos despachos e/ ou decisões dos magistrados, obedece à ordem cronológica (data de entrada do processo no setor), salvo os que gozam das garantias e benefícios previstos na Lei 12.008/2009 - Prioridade na tramitação de processos judiciais e procedimentos administrativos: maiores de 60 anos e portadores de doenças graves.